

Desindexação total só com FHC

MEDIDAS PODEM SER ANUNCIADAS ESTE ANO, MAS SÓ ENTRARÃO EM VIGOR APÓS A POSSE DO NOVO PRESIDENTE.

O ministro da Fazenda, **Ciro Gomes**, poderá anunciar ainda na sua gestão a total desindexação da economia. As medidas, no entanto, somente deverão entrar em vigor após a posse do presidente eleito, senador **Fernando Henrique Cardoso**. O timing em que as medidas serão anunciadas ainda está em discussão entre a equipe e **Fernando Henrique** e dependerá de uma série de fatores, inclusive o próprio comportamento da inflação neste final de ano. Ontem, o ministro do Planejamento, **Beni Veras**, confirmou os estudos para desindexar a economia, assim como o diretor de Política Monetária do Banco Central, **Alkimar Moura**.

O dirigente do BC disse que o governo está preparando um programa de desindexação, com extinção dos índices, mas negou que as medidas seriam adotadas na forma de um pacote, de uma só vez. "O que se quer é acabar com os resquícios de indexação formal na economia", afirmou. Moura explicou que antes de desindexar a economia, o governo precisa reformular alguns conceitos de política monetária. Ele adiantou também que o governo deverá deixar

aos poucos de interferir na formação da taxa de juro.

"O momento e a velocidade em que a desindexação ocorrerá não estão definidos", garantiu **Beni Veras**. A estratégia, no entanto, já está acertada: o presidente eleito não quer pacotes. Todas as medidas devem ser anunciadas previamente para que a sociedade tenha tempo para absorver as mudanças na economia.

O presidente eleito não quer pacotes. Todas as medidas serão anunciadas previamente.

A antecipação da desindexação da economia foi negociada entre o presidente **Itamar Franco**, o presidente eleito e a equipe econômica. A previsão inicial era pôr fim aos indexadores em 30 de junho — data fixada pela

medida provisória do Real para suspender o IPC-r.

Ciro Gomes não quis detalhar os estudos da equipe. A desindexação da economia é a essência do plano, que foi desvirtuada no momento do lançamento da nova moeda por pressões do Congresso. Para que o real fosse aprovado, o governo criou o IPC-r para garantir os salários. O problema é que esta brecha está agora comprometendo o plano. O governo se vê diante da mesma ciranda do repasse de aumento de salário para os preços.